

## **2ª MESA REDONDA (1ª parte)**

### **A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO COM ESTABILIDADE**

#### **COMPOSIÇÃO DA MESA:**

Manoel Nunes Ribeiro,  
*Presidente da Assembléia Legislativa,*  
*Governador em exercício do Estado do Maranhão;*

Waldeck Ornellas,  
Senador pelo Estado da Bahia;

Luís Carlos de Bello Parga,  
Senador pelo Estado do Maranhão;

Lúcio Alcântara,  
Senador pelo Estado do Ceará;

Prisco Viana,  
Deputado Federal pelo Estado da Bahia;

Benito Gama,  
Deputado Federal pelo Estado da Bahia;

Vicente Arruda,  
Deputado Federal pelo Estado do Ceará;

Stahis Panagides,  
Consultor do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento;

Fernando Resende,  
Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

Maurílio Ferreira Lima,  
Presidente da RADIOBRÁS;

Antônio Rocha Magalhães,  
Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Governo do Estado do Ceará;

João Carlos Mendonça,  
Presidente do Grupo Bomprego.

**COORDENAÇÃO DA MESA:**

*Presidente:* Manoel Nunes Ribeiro

*Moderador:* Benito Gama

*Expositores:*

(em ordem de apresentação)

Fernando Resende

Antônio Rocha Magalhães

Stahis Panagides

*Debatedores:*

(em ordem de apresentação)

Prisco Viana

Maurílio Ferreira Lima

João Carlos Mendonça

### **Nunes Ribeiro**

É com satisfação que damos início aos nossos trabalhos. Declaro aberta a reunião e passo a palavra ao moderador, deputado Benito Gama, do Estado da Bahia.

### **Benito Gama**

Dando início aos debates da parte da tarde, passo a palavra ao Diretor Executivo do IPEA, Dr. Fernando Resende, que disporá de dez minutos para sua exposição.

### **Fernando Resende**

Senhoras e senhores,

Os cartazes expostos neste auditório demonstram bem as duas questões que hoje estão na raiz dos debates sobre o problema regional no Brasil: os novos paradigmas do desenvolvimento e uma parceria de resultados.

Os novos paradigmas refletem a preocupação em desenvolver e implementar uma nova política regional, que seja capaz de enfrentar, com objetividade e eficácia, os desafios que estão postos aí à luz dos grandes movimentos e dos grandes processos que se estão instaurando na escala internacional e na escala doméstica, questões já discutidas pela manhã, quais sejam a da globalização dos mercados, da formação dos blocos regionais, da privatização, da descentralização e da abertura do capital privado a setores até então reservados com exclusividade ao Estado, no caso brasileiro. E a parceria, efetivamente, é uma das propostas importantes para viabilizar o enfrentamento adequado desses desafios.

Questão importante a destacar é que o enfrentamento dos desafios postos por esses novos paradigmas levam necessariamente a pensar o fato de que a questão regional no Brasil, hoje em dia, já ultrapassa em muito a escala tradicional do regional, tal como visto no mapa geopolítico brasileiro. O Nordeste, *vis-à-vis* a Amazônia, o Sudeste, o Sul do Brasil, já não é, há muito tempo, uma região homogênea. Há vários nordestes dentro do Nordeste. Há subespaços importantes da Região que já ganharam padrões de com-

petitividade e eficiência capazes de enfrentar, com bastante precisão e eficiência, esses desafios.

E há outros subespaços, há arquipélagos de miséria e de pobreza, que certamente poderão sofrer com bastante nitidez esses desafios, se não houver políticas capazes de compensar a preocupação de que, na raiz desses movimentos, o problema dos desequilíbrios regionais pode adquirir outra dimensão.

Do ponto de vista do nacional, no plano nacional, o problema é exatamente em como recuperar um processo de planejamento e de formulação de políticas públicas capazes de inserir a questão regional na agenda nacional, como foi posto aqui pela manhã. E ao mesmo tempo evitar que, na raiz desses movimentos, ocorra uma nova rodada de agravamentos das desigualdades regionais e sociais no Brasil, algo que está muito bem expresso nas preocupações de muitas das pessoas que se têm manifestado neste auditório.

Eu diria que o dado novo e importante que nos dá um certo alento, ao pensar essa questão, é a retomada no Brasil hoje de um certo esforço de reconstruir um novo processo de planejamento. Não mais aquele planejamento dos anos 70, que se traduzia basicamente num documento fechado, elaborado em gabinetes fechados no plano do governo central. Mas, sim, um processo de planejamento que deve envolver exatamente a articulação e a parceria entre os estados da região e as entidades federais que estão encarregadas de levar a cabo essa tarefa.

Nesse novo enfoque do planejamento, a questão regional também ganha novas dimensões. O problema já não seria necessariamente dar tanta ênfase em instrumentos que tentam corrigir a posteriori os desequilíbrios que são criados, na ausência de uma política nacional que veja com mais propriedade o problema regional. Mas, sim, dar mais ênfase em intervir na redução das desigualdades de oportunidades de desenvolvimento, buscando não só aproveitar as potencialidades que já existem, como também promover transformações no sentido de reconverter, ao nível de eficiência, alguns segmentos que se encontram hoje tecnologicamente defasados e incapazes de enfrentar o desafio da competitividade.

Isso significa, obviamente, que os tradicionais instrumentos da política regional precisam ser repensados em sua integridade, em sua totalidade. Não significa, obviamente, que os incentivos fiscais e os atuais fundos constitucionais devam ser desprezados. Mas, sim, que provavelmente eles não terão

a exclusividade e o papel preponderante que tiveram no passado, no sentido de evitar o agravamento dessas diferenças.

Tão importante quanto fortalecer os incentivos e sustentar os fundos financeiros existentes será enfrentar o problema das deficiências da infraestrutura básica, das deficiências de recursos humanos, do problema do desenvolvimento científico e tecnológico e da necessidade de criar, a toque de caixa, um setor de serviços moderno para dar suporte a toda a atividade produtiva que precisa ser fortalecida, para assegurar essa integração competitiva da região, tanto no plano doméstico quanto no plano internacional.

Aí nós vamos nos defrontar com o problema de que, para que a questão da infraestrutura do ensino básico, do saneamento, do desenvolvimento tecnológico seja enfrentada com o mínimo de eficácia, nós precisamos repensar inteiramente a questão das instituições que são encarregadas de administrar, hoje em dia, os recursos e as políticas que podem viabilizar uma ação eficiente, no sentido de reduzir esse diferencial de oportunidade de desenvolvimento na região Nordeste, *vis-à-vis* outras regiões brasileiras.

Isso por quê? Obviamente, a capacidade do Estado brasileiro hoje, seja no plano central, seja no plano regional, de levar a cabo investimentos pesados para solucionar as deficiências da infraestrutura, que requerem vultosos recursos para serem adequadamente tratadas, está limitada, pois o Estado brasileiro está financeiramente debilitado.

E não há, no futuro imediato, nenhuma perspectiva de que essa situação possa ser revertida muito rapidamente. Com todas as restrições que hoje o Brasil enfrenta para ultrapassar os derradeiros anos desse século, em condições de assegurar a estabilidade da economia e sustentar taxas de crescimento que sejam compatíveis com a necessidade de evitar graves desequilíbrios externos e graves desequilíbrios domésticos, nós não podemos imaginar que o País vai voltar a apresentar, no futuro próximo, passos de crescimento da ordem daqueles vivenciados nos anos dourados do milagre brasileiro. Ou seja, taxas de crescimento da ordem de 4 a 4,5% do PIB talvez sejam algo razoável e já representam, frente à redução no crescimento populacional, um crescimento razoável da renda per capita brasileira nos próximos quatro anos. O problema é saber como esse crescimento vai se distribuir do ponto de vista regional.

Claro que, à medida que não haja um esforço mais orientado para que esse crescimento seja melhor distribuído, a perspectiva de uma acentuação das desigualdades regionais pode se materializar com certeza. Isso significa que o problema da infra-estrutura não vai poder ser enfrentado isoladamente pelo Governo Federal e muito menos pelos governos estaduais.

*Eu vejo que só uma ação articulada, que associe o planejamento das prioridades de investimento regional a uma ação concatenada dos estados da região junto com o Governo Federal, será capaz de levar em conta esse problema. Essa questão de como mobilizar recursos existentes e fazer com que os recursos sejam canalizados para investimentos prioritários nos leva, necessariamente, a repensar todo o arcabouço institucional que hoje está montado, no plano nacional assim como no plano regional, para cuidar desse problema: a existência hoje de uma multiplicidade de agências, cada uma delas administrando uma fonte específica de recursos, e sem uma definição maior de uma política de investimentos regionais que seja capaz de associar recursos que são escassos, sim, mas que, se bem articulados e aplicados, podem certamente gerar resultados muito mais positivos do que a tentativa de, isoladamente, tentar interferir pontualmente em ações isoladas, na ausência de um movimento mais articulado.*

Claro que o problema institucional nos remete - e eu tenho que encerrar rapidamente - à questão das reformas. Há uma grande expectativa, uma grande esperança de que as reformas constitucionais possam abrir espaço para a retomada do investimento público. Abrir espaço para que o ingresso de capital privado, seja doméstico, seja internacional, complemente a ação do Estado, no campo de grandes investimentos, seja na infra-estrutura básica, seja na área social. E além disso, abrir espaço para que o problema do crescimento com tecnologias modernas seja compatível com a necessidade de criar postos de trabalho em quantidade e qualidade suficiente para a força de trabalho que já existe e aquela que vai ser acrescida pelo ingresso de novos jovens no mercado.

Isso significa, obviamente, enfrentar o pesado desafio da questão da reforma fiscal, ponto sobre o qual nós podemos nos desdobrar um pouco mais no debate; o problema da reforma de todo o mecanismo das relações de trabalho e dos encargos sociais, que aliviem o pesado ônus que onera a folha de pagamento e, conseqüentemente, dificulta a criação de emprego no setor formal da economia; e o problema do desdobramento das emendas constitucionais da quebra dos monopólios e da privatização de uma série de setores

que são importantes para resolver esses estrangulamentos ao desenvolvimento regional.

Eu queria dizer apenas, a respeito dessas reformas e para concluir, que há dois pontos que eu considero de crucial importância. Um é a reforma no que diz respeito a eliminar os atuais constrangimentos à redução do custeio do setor público, e abrir espaços para a retomada do investimento com recursos orçamentários dos três níveis de governo. Nós hoje sabemos que o problema principal do lado da retomada do investimento público está nas dificuldades que existem, em qualquer nível da administração pública, para exercer um controle mais eficaz sobre o custeio do Governo e, conseqüentemente, ter mais recursos para investir.

O segundo é um problema que foi aqui mencionado, pela manhã, pelo meu prezado amigo e nobre deputado Benito Gama, dos desdobramentos certamente problemáticos do agravamento da guerra fiscal entre estados, que está na ordem do dia dos debates nacionais. A despeito de reconhecer pessoalmente que a guerra fiscal hoje é, ao mesmo tempo, um problema e uma necessidade, eu estou convencido de que a generalização da guerra é certamente algo que vai redundar em prejuízo coletivo. Quer dizer, o incentivo fiscal só pode ser eficaz se ele for seletivo. Se o incentivo fiscal for genérico, e amplo, e indistinto, ele perde a sua característica de incentivo e acaba penalizando, pelo efeito de deterioração que ele traz sobre as receitas do governo, os próprios estados e as próprias regiões que nele incorrem.

Acho que essas seriam as observações que eu teria a fazer inicialmente e estaria à disposição para a sessão de debates.

#### **Benito Gama**

Obrigado Dr. Fernando Resende. Passo a palavra ao segundo expositor, Dr. Antônio Rocha Magalhães, Assessor Internacional do Governo do Ceará e Coordenador do Projeto Áridas.

#### **Rocha Magalhães**

Obrigado Dr. Benito. Inicialmente gostaria de dizer da minha grande satisfação de poder voltar aqui ao Banco, à minha casa de origem, onde

sempre reencontro velhos amigos. Aliás, não tão velhos assim; ainda somos muito jovens.

Eu queria aproveitar esses dez minutos para conversar um pouco sobre uma das experiências que o Banco do Nordeste ajudou a realizar nos últimos dois ou três anos, começando aqui no Ceará e se estendendo por todo o Nordeste, envolvendo o Governo Federal e grande parte da sociedade civil nordestina, que foi o que convencionamos chamar de Projeto Áridas.

O Banco foi um indutor, coerente com o papel de vanguarda que o Banco tem tido ao longo da sua história. Desde o início foi o que o caracterizou permanentemente. O Banco foi o indutor deste projeto que procurou criar um novo paradigma para o planejamento do desenvolvimento regional, respondendo, até certo ponto, a algumas das preocupações colocadas aqui pelo meu antecessor, o professor Fernando Resende, que é a necessidade de um novo enfoque para o planejamento regional.

A idéia desse trabalho nasceu com o processo de preparação da Rio 92, a conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. E nasceu da preocupação em inserir o problema das regiões semi-áridas na agenda de discussão, a nível mundial. Iniciamos um processo de traduzir para o planejamento a idéia de sustentabilidade, de desenvolvimento sustentável.

Afinal de contas, esse é um tema sobre o qual existem montanhas de livros e artigos mas, efetivamente, muito pouca literatura a respeito de como traduzir para o nível prático, para o planejamento do desenvolvimento, essa idéia de sustentabilidade.

Nós, - o conjunto de pessoas, cerca de 300 técnicos do Nordeste, dos vários estados, que de uma maneira espontânea e voluntária participaram desse esforço - nos organizamos em inúmeros grupos de trabalho, a nível federal coordenados pelo Ministério do Planejamento e a nível dos Estados pelas Secretarias Estaduais de Planejamento.

Produzimos um grande número de documentos que contêm idéias revolucionárias para o planejamento do desenvolvimento do Nordeste. A nível federal, são cerca de 50 documentos, inclusive o documento síntese, que é uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste, cuja edição definitiva o Ministério do Planejamento está publicando nos próximos dias.



E esse trabalho, que teve o apoio de muitas das pessoas que estão aqui neste auditório - na Bahia tivemos uma grande participação do senador Waldeck Ornellas, no início Secretário de Planejamento daquele Estado -, já serviu de pano de fundo para orientar os planos estaduais de desenvolvimento de vários dos Estados do Nordeste, que pela primeira vez incorporam a preocupação com a questão da sustentabilidade.

Começando aqui pelo Ceará, com o plano estadual de desenvolvimento sustentável, e avançando com a Bahia, Pernambuco, Maranhão, que já está, também, realizando o seu trabalho, Paraíba e outros estados que estão também já num processo de discussão. O que é que é isso? A idéia central que esse grupo de pessoas encontrou foi de como traduzir para o planejamento, como eu falei, a questão da sustentabilidade.

A primeira questão era definir o que é sustentabilidade. Depois de muitas discussões, procurou-se evitar esse problema e procurou-se definir que desenvolvimento sustentável é aquele que tem capacidade de permanência ao longo do tempo, capacidade de durabilidade. Com isso, pode-se analisar qualquer proposta sobre esse aspecto: será sustentável se for capaz de permanecer para as atuais e futuras gerações.

A segunda era estender o conceito de sustentabilidade, saindo da sua origem, ecológica apenas, para uma abrangência mais geral que seriam as variáveis econômicas, as variáveis sociais e, inclusive, as variáveis políticas.

De um interesse muito particular para o trabalho do Banco do Nordeste, preocupou-nos a questão com a sustentabilidade do financiamento. A questão de como os projetos de desenvolvimento podem ser sustentáveis do ponto de vista financeiro.

E todas essas questões tinham uma conseqüência muito grande para os projetos de desenvolvimento que se realizavam e que se realizam no Nordeste, à medida que, em geral, nós partimos de uma análise da situação de sustentabilidade atual e identificamos que, em grande medida, muitas das propostas em andamento não atendiam a esses requisitos de sustentabilidade.

No caso do financiamento, colocava-se, muitas vezes, uma despreocupação com a questão do funcionamento dos serviços que resultavam dos investimentos realizados, nos diversos projetos e programas para o Nordeste.

Introduzimos a idéia de cenários futuros, análises de sustentabilidade, não em relação ao presente mas em relação ao futuro.

E com isso, esse grande grupo, de uma maneira muito participativa, foi capaz de produzir essa proposta de estratégia, que introduz elementos muito significativos para uma mudança em todo o processo de planejamento do Nordeste, como um todo, e de cada um dos estados, descendo, inclusive, ao nível de modelos de gerenciamento dos municípios.

O Banco do Nordeste esteve presente praticamente em todas as fases. Apoiou todos esses esforços, inclusive os trabalhos preliminares da grande conferência realizada, aqui em Fortaleza, sobre as regiões semi-áridas do planeta, que induziram à formação desse Projeto Áridas.

Um ponto importante dessa nova metodologia que foi desenvolvida foi o de como inserir o conceito de sustentabilidade política no processo de planejamento. Afinal de contas, nós sabemos que um dos grandes problemas das políticas do Nordeste é a sua descontinuidade. E gerar um processo de decisão que garanta que as decisões, as políticas sejam estáveis, que os projetos tenham condição de ter continuidade, isso envolve a necessidade de uma mudança drástica nesses processos de decisão.

De tal forma que, no caso do Projeto Áridas, criou-se uma metodologia para um planejamento efetivamente participativo, a fim de que a sustentabilidade dos projetos, em vez de partir do compromisso do governo de plantão, fosse realmente um requisito da sociedade. De tal forma que qualquer novo governo pudesse, ao assumir o seu trabalho, ter o compromisso com o que os seus eleitores estão querendo, dentro de uma visão de longo prazo que foi e está sendo introduzida nesse esforço do Projeto Áridas.

Há um conjunto de implicações muito grandes. Esse trabalho não foi um trabalho de governo, apenas. Na verdade, ele nasceu da sociedade civil. O Governo aderiu a esse esforço, a sociedade civil continuou participando, mas ele implica necessidade de um repensar muito profundo das instituições de planejamento do Brasil e do Nordeste. E esse é um assunto extremamente difícil.

Mas o futuro das nossas instituições, o futuro do planejamento, passa necessariamente por uma redefinição do papel do Governo e da sociedade civil. E, portanto, por uma mudança muito significativa no papel das institui-

ções de planejamento. E infelizmente essa é uma questão muito difícil para aquelas pessoas que estão envolvidas no processo atual, uma vez que é muito difícil mudar de paradigma, se se tem toda uma história e de repente se precisa abdicar de princípios, que se tornaram obsoletos, e assumir novos princípios.

Mas é um desafio muito grande e o processo histórico, com certeza, cuidará para que essa transformação se realize e nós possamos pensar, efetivamente, que no Nordeste teremos, num futuro não muito distante, uma condição de desenvolvimento que beneficie a todos e que seja capaz de ser sustentável sob as suas várias dimensões. Muito obrigado.

### **Benito Gama**

Muito obrigado Dr. Magalhães. Com a palavra o último expositor, o Dr. Stahis Panagides, consultor do BID, do Banco Mundial e da Agência IFC.

### **Stahis Panagides**

Lamento não poder trazer a sabedoria grega para essa reunião, porque já existe muita sabedoria na mesa e porque, talvez, a sabedoria grega já tenha parado um pouco no passado. Mas posso trazer para vocês a visão ou a imagem que tenho do Brasil e do Nordeste, a partir de Washington, Estados Unidos, onde moro há quase 30 anos.

Realmente é um elemento de otimismo, para uma pessoa estrangeira que acompanhou o desenvolvimento do Brasil e, particularmente, do Nordeste, ver que, no meio de problemas e dificuldades, foram alcançados melhoramentos profundos e significativos.

Por isso é interessante observar, e não subestimo os problemas, que a revista *Economist*, na sua penúltima edição, reportando-se sobre o primeiro aniversário do Real, comentava que o problema do Brasil agora é que está crescendo demais e tinha de procurar uma forma de parar esse crescimento.

Como eu ando muito pelo mundo, por outros países, observando tanto problemas políticos, na minha região, quanto econômicos, quero primeiro dizer a vocês, nesse momento de repensar, que o Nordeste tem muita coisa

boa e já fez muita coisa e que realmente foram coisas objetivas que aconteceram. Tanto que um trabalho como o Áridas, que o Dr. Magalhães comentou, que tive o prazer de acompanhar, é uma manifestação muito profunda, muito rica.

Outra evidência de que temos razão para ser otimista é que, no meio de toda essa confusão - das mudanças, governos, políticas -, um grupo de 300 ou mais profissionais preocupados com a Região se reúne sistematicamente e produz o que talvez seja, mundialmente, o mais avançado pensamento em relação ao planejamento. E, principalmente, volto a observar o desafio dessa conferência: de como reconciliar a eficiência e a eficácia do desenvolvimento, no momento em que a abertura do mercado nos leva a soluções, não imorais, mas amorais.

O mercado não vai optar entre o que é bom e o que é ruim mas, no momento, preocupa-nos a sustentabilidade dessas soluções do mercado, que um projeto como o Áridas procurou identificar, no caso do Nordeste, via os cenários de desenvolvimento sustentável de longo prazo, o cenário desejado. Enfim, senhores, senhoras, há muita coisa boa no sentido de oportunidades daqui para a frente.

Uma segunda constatação - e isso também nasce do Áridas e de tudo que está acontecendo pelo mundo e que foi comentado muitas vezes aqui - é de fato a irreversibilidade da globalização. E aí vem minha observação para vocês: sendo inevitável o Nordeste viver essa situação, como aproveitar essa abertura, como tirar proveito no bom sentido para a Região?

Ontem à noite, aconteceu comigo um fato que demonstra de um lado a globalização e de outro a oportunidade. Meu filho está colaborando com a Secretaria do Planejamento do Ceará, na área de informática e Internet. Primeira observação: um Estado nordestino, o Ceará, já está na fronteira de uma tecnologia emergente nesse momento. Vocês sabem que a grande novidade vai ser o lançamento do chamado Windows 95, o grande programa operacional de informática. A segunda observação, e que mais me surpreendeu, foi que eu vi o sistema operar, pela primeira vez, ontem à noite, quando o meu filho me demonstrou aqui, em plena Fortaleza, como o sistema funciona. E o mais importante: ao lado de um computador laptop de um senador nordestino. Então acho que isso realmente é a evidência mais direta, mais tangível, a meu ver, da oportunidade de um lado e da globalização de outro lado.

Agora, a terceira observação: o que se vê de fora, em relação aos trabalhos do Áridas, é que foi constatada a importância da sociedade civil para alcançar esse equilíbrio eficiente, esse equilíbrio inevitável; essa tendência que o mercado vai nos levar, no caso do Nordeste do Brasil, a esse equilíbrio, como o seminário está exigindo.

Esta participação da sociedade civil foi também o que explicou - isso foi comentado pela manhã - por que o Sul da Itália continua com seus problemas e o Centro-Norte da Itália se desenvolveu de uma forma melhor, mais equilibrada, mais sustentável: a participação, a organização da sociedade civil para levar para frente, para disciplinar, para exigir, para cobrar esse desenvolvimento.

Para concluir: nesse momento de novo paradigma, em que o mercado vai ser o promotor da eficiência, as instituições como o Banco do Nordeste passam a ser mais importantes por estar em posição de poder contribuir para a reconciliação entre o que podemos chamar eficiência de um lado e eficácia de outro lado.

E desse modo, uma instituição como o Banco do Nordeste, que tem de repensar sua função, não deve deixar de lado a importância de investir em duas coisas para cujo desenvolvimento o Banco do Nordeste contribuiu, a meu ver, significativamente, no País e no Nordeste. Em primeiro lugar, os recursos humanos, tanto o recurso humano de forma geral quanto o recurso humano técnico-profissional, com as preocupações que podemos chamar sociais.

E, em segundo lugar, relacionado com isso, a importância da pesquisa e da investigação, que vai ser mais importante, ainda, no momento em que o setor público deixar de ser o fator principal do desenvolvimento mas tendo de assumir um papel complementar e de apoio nessa situação que se aproxima.

Finalmente, nesse processo o Banco do Nordeste tem de pensar em como aproveitar a inevitável abertura - sendo ele uma instituição capaz e de prestígio para isso - para as coisas mais concretas, tais como recursos humanos em colaboração com o que existe fora; investigação e pesquisa sobre políticas e incentivos e, por último, a captação de recursos que ele pode orientar interdirecionalmente para investimentos numa região que, sabemos, vai precisar de atenção especial para ter um desenvolvimento equilibrado. Obrigado.

### **Benito Gama**

Obrigado Dr. Panagides. Vamos à fase dos debates. Três debatedores inscritos: o deputado Prisco Viana, o ex-deputado e presidente da Radiobrás, Maurílio Ferreira Lima, e o Dr. João Carlos Mendonça, Presidente do Grupo Bompreço, empresário. Passo a palavra ao deputado Prisco Viana, do Estado da Bahia, que dispõe de cinco minutos.

### **Prisco Viana**

Sinto um certo constrangimento em aqui aparecer como debatedor, diante de tantos especialistas da matéria em discussão, mas como se costuma dizer que o político - e eu o sou essencialmente - é um especialista em assuntos gerais, eu me sinto de certa forma estimulado a incursionar nas áreas que são objeto dessa discussão.

Eu comentava, hoje pela manhã, com uma jornalista que se sentou ao meu lado no auditório, que faz exatamente 15 anos que não participo de uma reunião dessa natureza, embora político presente no Congresso Nacional e tendo ocupado funções no Governo.

E me chamava a atenção o fato de que, voltando depois de tanto tempo a uma reunião dessa natureza, eu ouço o mesmo discurso. O mesmo diagnóstico sobre a nossa Região. E de novo as mesmas reivindicações e até a mesma emoção com que nós nordestinos transmitimos as nossas angústias.

Isto é a demonstração mais evidente de que realmente, a despeito de tudo quanto se fez e tudo quanto se diz que se fez, nada ou pouca coisa mudou. É preciso, portanto, repensar, como já foi dito aqui, fazer uma reflexão. E o que ouvimos pela manhã é extremamente preocupante como elemento confirmador do agravamento das nossas dificuldades econômicas e sociais.

Aqui falou-se, por exemplo, que, nesses últimos 20 anos, o Banco do Brasil, de uma aplicação de 20% de suas disponibilidades no Nordeste, hoje aplica 5% e o deputado Benito Gama demonstrou aqui que, na questão das renúncias fiscais, o Sudeste se tem beneficiado muito mais dessa política do que o Nordeste, para onde ela deveria dirigir-se preferencialmente.

Portanto, eu quero concordar com o Sr. Stahis Panagides que o momento é realmente de nós tomarmos uma nova posição. Tudo favorece isso. A globalização favorece.

Mas nós não podemos entender nesse momento de globalização - e aqui ninguém deu uma palavra a esse respeito - como se cuida do Mercosul sem nele inserir também o Nordeste, porque o Mercosul deve ser entendido como um mercado da América do Sul, não um mercado do Sul ou da região Sul do País.

Portanto, acho que nesta reflexão, nesta nova tomada de posição, neste apelo que se faz para novas políticas em favor da região, temos de buscar a inserção do Nordeste no Mercosul porque, do contrário, vamos ser apenados diante da competição, com os nossos produtos, de outros que virão do Sul do continente, acarretando dificuldades adicionais para nossos problemas tão graves aqui relatados.

O momento é também de mudanças institucionais e aqui - das discussões que presenciei pela manhã e, ainda há pouco, o representante do IPEA também falava nisso - podemos concluir que temos dois caminhos ou dois momentos a aproveitar. Um deles é o momento da mudança institucional e outro momento é de aproveitar as mudanças institucionais para afirmar posição política.

Vem aí a reforma tributária. É um grande momento para que nós possamos influir no sentido de mudar objetivamente políticas em relação ao Nordeste. Eu concordo com o Governador em exercício do Ceará de que o Nordeste precisa reunir-se, discutir essa questão e ter uma posição comum para poder organizar, articular e mobilizar suas forças políticas para influir nessa reforma. Só não concordo com aquela sua absurda sugestão de extinguir o Senado. Nunca vi coisa tão absurda. Eu acredito que o Senado precisa ser revisto nas suas atribuições. Eu acho que o Senado deveria ter limitada sua prerrogativa de iniciativa de lei. Mas extinguir é, repito, um grande absurdo, e nisso vai a minha solidariedade aos senadores que estão aqui neste instante.

Então, eu entendo que o momento de mudanças institucionais deve ser também um momento, para nós, de organização política. E aí discordo também do deputado Firmo de Castro. Ele se equivoca no instante em que nega influência, ou força, ou capacidade de decisão política ao Congresso

Nacional. Ao contrário, é no Congresso que se decide. O poder decisório do País está no Congresso Nacional, as mudanças se fazem no Congresso. O Presidente da República pode anunciar que enviou propostas, que lidera um processo de reformas mas quem as realiza é o Congresso Nacional; o poder político é o Congresso Nacional, e o Nordeste pode organizar-se para fazer valer a sua influência nas discussões, nas reformas que se vão travar agora.

Um jornalista perguntou-me ontem qual a minha opinião, qual a minha posição sobre a reforma tributária. Disse-lhe que não era especialista na matéria e que nessas questões tributárias e financeiras eu costumo me orientar sempre pela posição do Estado de São Paulo. Isto é, entendo que tudo aquilo que em matéria tributária e financeira é bom para São Paulo, não é bom para o Nordeste. (risos).

E como li uma declaração do Governador Mário Covas de que defende a federalização do ICM, eu vou votar contra (risos). Porque dentro deste ponto de vista de que realmente não há como compatibilizar uma posição de São Paulo em matéria tributária com a posição do Nordeste.

Para concluir, eu diria que estou muito honrado em participar desta reunião. O Banco do Nordeste, desde que criado, constituiu-se num instrumento realmente vigoroso e eficaz, num esforço de contribuir para melhorar a situação econômica e social da nossa região. Tem desempenhado um trabalho extraordinário. E hoje nós sabemos que o Banco do Nordeste em relação sobretudo aos pequenos empresários, aos pequenos agricultores e pecuaristas, é a única instituição financeira que ainda opera com recursos de investimento.

E tem sabido fazer uma política de muito equilíbrio, e tem ajudado sobretudo àqueles que, no interior dos nossos estados, da nossa região, não dispõem de outro apoio financeiro que não o do Banco do Nordeste. Quero, portanto, felicitá-lo pelos seus 43 anos e dizer que, naquilo que me couber, na minha modestíssima atuação política, estarei sempre na linha de frente para ajudá-lo a continuar nesse trabalho extraordinário que vem realizando.

Estou, portanto, muito feliz de participar hoje desta reunião comemorativa de 43 anos do Banco do Nordeste. Se em relação ao Nordeste não temos muito o que comemorar, em relação ao Banco do Nordeste temos muito o que festejar da sua eficaz ação, da sua atuação voltada para os interesses da Região. Dr. Benito, muito obrigado.



### **Benito Gama**

Obrigado deputado Prisco Viana. Passo a palavra ao próximo debatedor, Dr. Maurílio Ferreira Lima, Presidente da Radiobrás.

### **Maurílio Ferreira Lima**

Chamou-me a atenção a exposição do professor Fernando Resende, quando ele enfatizou que o incentivo fiscal não é o único instrumento de um desenvolvimento sustentado para o Nordeste. E enfatizou também a deficiência de recursos humanos na nossa Região.

Ontem, tive oportunidade de ler nas páginas amarelas da *Veja* uma entrevista que muito me entristeceu e para a qual eu chamo a atenção de todos os presentes. É de um renomado professor brasileiro, o professor Santoro, que teve a oportunidade de fazer parte de um grupo privilegiado de 400 físicos de todo o mundo, que conseguiram descobrir uma partícula menor que o átomo, que pode não ter uma utilização imediata no cotidiano da humanidade mas pode responder a indagações que acompanham o ser humano desde que ele passou a existir: de onde viemos, para onde vamos.

Esse renomado professor acabou de receber do presidente Fernando Henrique a maior comenda que um pesquisador brasileiro pode receber e na sua entrevista ele se despede do nosso País. Despede-se melancolicamente por falta de condições de aqui viver, porque aqui não pode trabalhar. E estamos no limiar do século XXI, quando o desenvolvimento se faz com conhecimento e não com as mãos. A entrevista do professor Santoro mostra o quanto o nosso País desperdiça a sua inteligência e o seu conhecimento.

Na sua exposição, o professor Fernando Resende mostra a deficiência da nossa Região - que é uma deficiência, infelizmente, nacional - em matéria de recursos humanos. E, ao mesmo tempo, a debilidade do poder público - que se encontra quebrado e falido - de promover políticas públicas de amparo, de incentivo e de sustentação da pesquisa e do ensino básico.

Nós não conhecemos hoje no mundo nenhuma região que se tenha desenvolvido sem educar o seu povo e o exemplo maior disso é o Sudeste asiático, que cresce de maneira sustentada a taxas elevadíssimas. Gostaria que depois o professor Fernando Resende pudesse expor um pouco mais

como suprir essa deficiência de recursos humanos num país no qual o poder público se encontra, na sua palavra muito generosa, debilitado, para não dizermos falido e quebrado.

E no Nordeste nós temos, pelo fato de sermos uma região problemática, uma situação bem mais grave do que no resto do País. O ensino primário é o que nós conhecemos; o ensino secundário também deixa muito a desejar, e, pelo que eu tenho freqüentado dos debates em universidades aqui da nossa Região, não vejo como ficar muito otimista. Gostaria que o professor pudessem expor um pouco mais sobre a questão dos recursos humanos como gargalo para um processo de desenvolvimento sustentado para a nossa região.

### **Benito Gama**

Muito obrigado Dr. Maurílio Ferreira Lima. Passo a palavra ao Dr. João Carlos Mendonça, Presidente do Grupo Bompreço.

### **João Carlos Mendonça**

Eu não me sinto em condições de ser debatedor desses três grandes expositores que deram uma enorme contribuição, nesta tarde. Gostaria apenas de externar algumas preocupações, para que se tenha efetivamente um desenvolvimento equilibrado, sustentado, no Brasil e no Nordeste.

Acho que, inicialmente, temos de resolver o problema nacional. Temos de fazer as reformas necessárias para consolidar a nossa economia e a nossa democracia. Daí é que nós precisamos realmente, definido o papel do Estado, encontrar caminhos para que se defina o desenvolvimento não só para o País, como para a nossa Região.

A nossa Região tem dificuldades maiores do que o Brasil. Todos nós sabemos da deformação das informações sobre incentivos fiscais: o Sul e o Sudeste julgam que o Nordeste vive com somas extravagantes de incentivos fiscais, quando na realidade é muito diferente. Conforme declarou, pela manhã, o deputado Benito Gama - o senador Beni Veras, em várias oportunidades, tem dito o mesmo - o Nordeste tem muito poucos incentivos fiscais comparado com o Centro-Sul do Brasil.

O que nos preocupa no Nordeste, e é necessário ter muito cuidado, é que precisamos de uma unidade maior entre os nordestinos, entre os políticos do Nordeste, entre os governadores do Nordeste, entre os empresários do Nordeste. Nós precisamos formar, provavelmente, uma agenda do Nordeste para que haja uma unidade de esforços, para que se conquistem para o Nordeste projetos que venham beneficiar a Região como um todo.

Nós temos um exemplo marcante, o turismo. Tenho certeza, é consenso, que é uma vocação do Nordeste e ele tem de ser tratado de maneira mais global do que simplesmente ser tratado por esta ou aquela secretaria de estado. Isso só como um exemplo.

Nós precisamos trabalhar, numa agenda, pontos que interessam realmente à Região Nordeste. É preocupante, sem dúvida, o aspecto da educação e da tecnologia. Sem educação e tecnologia nós não poderemos resolver os problemas do Nordeste. Por outro lado, nós também temos carência de recursos financeiros suficientes para a Região Nordeste e com juros compatíveis para gerar esse desenvolvimento.

O empresário nordestino também precisa ser menos individualista e mais participativo. Existe uma palavra que é muito grata para mim, que é parceria. Precisamos formar parceria; os empresários precisam formar parceria, alianças estratégicas para que se desenvolva a Região Nordeste.

Temos uma contribuição muito grande a dar, como empresários, se quebrarmos alguns tabus, se partirmos mais para a parceria, mais para alianças estratégicas, para que possamos gerar um desenvolvimento maior para a Região, aliado a um projeto de uma agenda para o Nordeste.

Enquanto os políticos, aqui tão bem representados pelas grandes lideranças dessa Região, enquanto os senhores governadores não se integrarem em um projeto, visando muito mais aos interesses da Região, que precisa de uma maior integração, enquanto cada um buscar um projeto para o seu próprio Estado, teremos conseguido muito pouco.

A imprensa dá uma cobertura muito grande sobre a vinda de grandes projetos para esse ou aquele estado, e os projetos não chegam aqui porque nós estamos divididos. Precisamos mudar um pouco essa mentalidade, para que haja uma unidade maior entre o poder político e os empresários, porque só assim, juntos, iremos buscar recursos para alianças estratégicas, parcerias

e para desenvolvimento de novos projetos. Ao mesmo tempo, é muito importante que os empresários também abram a mente para exigir do Governo apoio para educação e para a tecnologia, porque nós temos recursos suficientes no Nordeste - as universidades estão aí - e não estamos aproveitando todo o potencial que as universidades do Nordeste dispõem. Eram essas as minhas observações e agradeço a gentileza dos senhores que me ouviram.

### **Benito Gama**

Obrigado Dr. João Carlos Mendonça. Temos algumas perguntas Senhor Presidente. A primeira é para o Dr. Antônio Rocha Magalhães, do Sr. Adalberto Arruda, da Federação das Indústrias de Pernambuco:

*"Alguns teóricos afirmam que o mero conceito de desenvolvimento sustentável não é suficiente. Sobretudo se o entendimento é de desenvolvimento que tenha permanência ou durabilidade e segundo a concepção do projeto Áridas. Para aqueles teóricos, o conceito holisticamente abrangente é de desenvolvimento humano global. Veja-se que o adjetivo sustentável não incorpora a idéia de equidade. A idéia desenvolvimento sustentável pode ser excludente socialmente. Nada autoriza supor que sendo apenas sustentável implique mudança social. O desenvolvimento sustentável pode ser preservador do meio ambiente, da natureza, e não implicar desenvolvimento urbano global, que é, ao final, o grande mérito e o componente ético do desenvolvimento. Não acha que ao invés de meramente sustentável, devemos talvez dizer desenvolvimento humano global sustentável?"*

### **Rocha Magalhães**

Concordo plenamente com o conteúdo da proposta e na verdade eu referi que, no nosso caso, tivemos de redefinir o conceito de projeto de sustentabilidade, saindo de uma visão meramente ambiental para incorporar a preocupação com a sustentabilidade social, econômica e política também, além da ambiental.

O desenvolvimento não pode ser durável, não pode ter permanência, se ele acumular desequilíbrios sociais, se ele excluir a maior parte da popula-

ção, se ele for gerador de pobreza e de desigualdades. Portanto, no conceito que usamos, a idéia de justiça social está embutida nele. É central, na verdade.

E não é por outra razão que na estratégia finalmente proposta para o desenvolvimento do Nordeste com horizonte para uma geração, a questão social é central. O núcleo central da proposta Áridas para o desenvolvimento sustentável do Nordeste é o que chamamos de capacitação da população, que passa em primeiro lugar pela universalização com qualidade do ensino básico e pela elevação dos níveis gerais de conhecimento e de preparação da população como um todo.

A questão da educação é a questão central na estratégia Áridas. Portanto eu agradeço essa pergunta, que permitiu que esse esclarecimento fosse feito e que realmente está contemplado na estratégia Áridas.

### **Benito Gama**

Obrigado Dr. Magalhães. Duas perguntas para o Dr. Fernando Resende: a do Sr. Maurílio Ferreira Lima, sobre a questão dos recursos humanos como gargalo para um processo de desenvolvimento sustentado para o Nordeste, e a seguinte, do Sr. Antônio Pompeu, Superintendente do INCRA do Ceará:

*"Considerando o que foi dito sobre a necessidade de redirecionar instrumentos de intervenção, como o senhor entende o papel da reforma agrária como instrumento de política social no enfrentamento das deficiências e desequilíbrios inter e intra-regionais?"*

### **Fernando Resende**

Em primeiro lugar, a intervenção do Sr. Maurílio Ferreira Lima coloca-me numa posição muito feliz de poder enfatizar um tema que é quase unanimemente reconhecido como a grande prioridade para qualquer proposta de desenvolvimento, que tenha de enfrentar com nitidez esses novos desafios e, ao mesmo tempo, me coloca numa situação muito mais difícil de tentar expor, com objetividade, qualquer solução para uma situação que envolve um nível de complexidade bastante conhecida.

A rigor, o problema dos recursos humanos começa antes do nascimento. Se não houver condições de as crianças nascerem em ambiente favorável, de serem bem alimentadas e com assistência médica adequada ao longo dos primeiros anos de vida, todos os especialistas em saúde asseguram que, nessas condições, a perspectiva de desenvolvimento da capacidade de aprendizado pode estar já razoavelmente comprometida.

Significa obviamente que a questão de uma estratégia como a política de recursos humanos não se restringe ao problema educacional, como de resto é algo também trivial de se afirmar. Passa pela questão da nutrição, pela questão da saúde, pela questão da redefinição das prioridades na área do ensino, porque o Brasil sempre deu muito mais importância a resolver o problema físico que a resolver o problema do professor. Como querer que você tenha uma mudança razoável de resultados na área de ensino, se o Brasil continua remunerando o professor primário a salários aviltantes e hoje você não encontra mais ninguém que se disponha a exercer essa profissão, porque ela já não dá mais o mínimo de dignidade e de posição social?

Passa pela questão do intercâmbio internacional. O que fizeram os Tigres Asiáticos? Exportaram maciçamente seus jovens para ir para o exterior aprender, aprender não só nas escolas e nas universidades mas aprender na prática do cotidiano como se faz, e levar essa tecnologia de volta. O Brasil nos últimos 15 anos praticamente parou de mandar gente para o exterior. Um ou outro consegue uma bolsa do Governo e, quando consegue, passa necessidade lá fora porque essa bolsa, além de irrisória, nunca chega no prazo adequado.

Precisamos começar a defender isso em todos os fóruns em que for debatida a questão do desenvolvimento, para começar a mudar a mentalidade do Governo, no sentido de enfrentar esse que, todos concordam, é o grande desafio do desenvolvimento do próximo milênio. Agora, todos nós temos consciência também de que mudar a situação nessa área primeiro requer uma mudança de atitude e, segundo, requer um tempo para maturar e para mostrar resultados, que é um tempo quase que incompatível com as urgências do momento.

Porque nós estamos aqui já na necessidade premente de ver como é que nós enfrentamos esse desafio da abertura, sem comprometer boa parte do parque produtivo brasileiro, que já está aí com o concorrente batendo na porta e o cidadão desesperado sem saber se vai conseguir sobreviver nos

próximos dois anos, até que possa esperar que essa nova mudança de mentalidade na área de recursos humanos se traduza em resultados concretos.

Então a preocupação que eu tenho é de enfatizar um fato que não é nenhuma novidade, é um fato notório, e ao mesmo tempo encarecer a urgência de que, *pari passu* com a defesa dos incentivos (que eu não discuto, não está em jogo), é necessário batalhar, desde logo, por uma ação mais efetiva no que diz respeito a que o Estado possa também - junto com a iniciativa privada e em associação com o setor empresarial, buscando um pouco essas experiências de associações comunitárias, que estão na ordem do dia, inclusive com relação a vários experimentos feitos no Brasil e no exterior - começar a resolver o problema que o incentivo fiscal não pode, porque dificilmente se consegue dar incentivo fiscal à inteligência. É possível dar incentivo fiscal ao capital, mas a inteligência é preciso construir, criar, seivar.

A necessidade de se intervir na chamada área social *strictu sensu*, que se deteriorou nos últimos anos exatamente na raiz do debilitamento financeiro do Estado brasileiro nos seus vários níveis, é o que me preocupa essencialmente como uma estratégia de desenvolvimento regional, ciente de que o Estado sozinho não vai ser capaz de enfrentar essas questões, mas também consciente de que, para que isso possa ser enfrentado, aquela palavra que está escrita, na parede, vai ter de ser efetivamente um lema importante daqui para a frente: a questão da parceria.

A respeito da outra pergunta aqui apresentada, a questão da reforma agrária é exatamente um dos componentes dessa política social que é obviamente importante. É um tema que precisa ser recuperado, mas que só é recuperado à luz de uma nova perspectiva de ver o problema. Porque o que está praticamente desenhado no cenário vindouro, não do longínquo mas do imediato, é o fato de que não só as desigualdades inter-regionais são significativas e continuarão a ser uma questão de política nacional, mas as desigualdades intra-regionais tendem a se agravar provavelmente talvez ainda mais do que as desigualdades inter-regionais.

E enfrentar com rigor o problema das desigualdades intra-regionais numa região como o Nordeste, onde a pobreza rural é um dos componentes talvez ainda mais graves da questão da pobreza como um todo, vai requerer um enfoque do tipo que está aqui pensado: o enfoque de uma política agrária, de uma política fundiária, que seja orientada como uma estratégia de política social. Eu sou inteiramente de acordo com esse tipo de posicionamento.

**Benito Gama**

Obrigado Dr. Resende. Uma pergunta para o deputado Prisco Viana, do Sr. Marco Aurélio, do Banco do Nordeste:

*"O senhor acredita em novo ciclo de 15 anos sem qualquer mudança para o Nordeste, ou agora poderemos ter esperança de que algo vai efetivamente mudar nessa nova legislatura, ou nas próximas?"*.

**Prisco Viana**

Eu acredito que o momento é muito propício, como disse, a uma nova tomada de posição política, de parte do Nordeste, para influir nas alterações institucionais que estão sendo propostas. O momento é favorável. Como disse, o que é necessário é, primeiro, construir uma posição comum, do interesse de todos os Estados, organizar a representação política e mobilizá-la para atingir esses objetivos.

Acho que temos de impedir que tenhamos de viver mais 15 anos para nos reunirmos e repetirmos as mesmas queixas, as mesmas reclamações e as mesmas reivindicações. O momento, politicamente, é favorável a uma tomada de posição do Nordeste na solução desses problemas.

**Benito Gama**

Obrigado Dr. Prisco. Dr. Rocha Magalhães, uma pergunta do Sr. Cléber Cunha, da FACIC:

*"Como implementar a idéia de desenvolvimento sustentável para o nível prático e estender o conceito de sustentabilidade ecológica para o geral, considerando as variáveis econômicas, sociais e políticas diante dos graves problemas sociais, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo etc? Como se pode mudar isso com a atual política monetária?"*.



### **Rocha Magalhães**

Você precisa me dar duas horas para responder. Bom, na verdade essa questão de como implementar uma política de desenvolvimento sustentável é o núcleo desse esforço todo que vem sendo feito no Nordeste, com os estados e os órgãos federais e hoje, a nível nacional, com a coordenação do IPEA, do Dr. Fernando Resende.

Então, esse foi, efetivamente, o grande esforço. Eu não teria tempo aqui para descrever como fazer, mas gostaria de dar apenas um exemplo: no caso do Governo do Ceará, a preocupação com a construção de decisões politicamente sustentáveis levou à implementação de um novo modelo de gestão de governo, *amplamente participativo*, baseado na parceria do Governo com a sociedade civil.

Para todas as decisões importantes há conselhos estabelecidos que são ouvidos pelo Governo do Estado, influenciam nas decisões e capilarizam as discussões sobre esses temas importantes para suas áreas, as universidades, os sindicatos e assim por diante. Isso não quer dizer que esteja funcionando como deve funcionar, mas isso está num processo. Os conselhos já funcionam, mas há muito ainda a caminhar. Por exemplo, há os conselhos regionais, onde os prefeitos, a sociedade civil e os políticos de cada lugar do interior participam efetivamente nas decisões de governo.

As coisas que se definem a esse nível não são coisas decididas de uma maneira autoritária, mas são coisas que deixam de ser daquele Governo que está lá para ser uma decisão da sociedade. Então essa é uma forma de construir sustentabilidade política; é exatamente implementar um processo organizado de decisão *com parceria*.

No caso da sustentabilidade ambiental também se exige essa parceria: ao lado da fundamentação técnica, cada decisão específica tem de passar por um relatório de impacto ambiental, e o Governo e a sociedade têm de ver isso não como um instrumento que atrapalha ou atrasa as decisões mas, efetivamente, como uma tentativa de melhorar a sustentabilidade do desenvolvimento e fazer com que os resultados não sejam apenas imediatos, mas que continuem para os anos vindouros.

Esse é um processo muito longo. Nós vamos fazer em Recife, no final de outubro, um seminário internacional sobre essa questão e eu gostaria

de convidá-lo a participar. É possível que, no final, tenhamos uma resposta mais clara para essa pergunta tão abrangente.

E para não deixar de lado a questão da política monetária, nós estamos pensando numa visão de longo prazo e a política monetária é uma questão de curto prazo, que não afeta de nenhuma forma a estratégia de desenvolvimento sustentável que estamos advogando.

### **Benito Gama**

Obrigado Dr. Magalhães. Mais três perguntas: duas para o Dr. Resende e mais uma para o Dr. Magalhães. Para o Dr. Fernando Resende, de Alcântara Macedo, do CIC:

*"Sabe-se da necessidade extrema da reforma fiscal e tributária para promoção da estabilidade conjuntural e da busca da estabilidade estrutural, ou seja, desenvolvimento econômico e social. Como fazê-la? O Governo Federal quer aumentar a sua receita, os governos estaduais e municipais também, a sociedade quer pagar menos impostos. Como armar esta equação e resolvê-la, e como fica a situação das regiões como o Nordeste?"*

E do Sr. Jorge Parente Frota, Vice-Presidente do CIC :

*"Como manter desenvolvimento sustentado diante da insignificante taxa de incentivo em pesquisa? Aqui no Brasil não atinge 1% do PIB, vis-à-vis países como a Argentina, Estados Unidos e Japão. Como poderemos enfrentá-los com a globalização, se não temos pesquisa?"*

### **Fernando Resende**

Muito bem. Na verdade, temos aqui na mesa o meu caro amigo, deputado Benito Gama, que vai nos ajudar a viabilizar essa reforma fiscal e tributária no Congresso Nacional, onde, como já disse também o meu vizinho, deputado Prisco Viana, as decisões a respeito vão ser efetivamente encaminhadas.

Eu só vejo uma maneira de contornar todos esses conflitos de interesse, que foram muito bem expressos na pergunta. É nós conseguirmos ultrapassar um pouco os horizontes imediatos de curto prazo, que de hábito influenciam nas posições que cada um toma a respeito, e conseguirmos vislumbrar, um pouco mais à frente, as necessidades de médio prazo que estão por detrás da intenção da reforma tributária e da reforma fiscal. Porque acho que se nos sentarmos a uma mesa para discutir o problema fiscal e tributário brasileiro, à luz dos desafios que estão postos aqui pelos novos paradigmas do desenvolvimento, nós vamos estar em completo acordo de que há uma série de distorções que precisam ser removidas.

Precisamos remover, por exemplo, o fato de que o Brasil é um dos poucos países do mundo que teima em querer exportar imposto. Aliás, para a região Nordeste, este é um problema que vai ser crescentemente maior, porque vários segmentos que são oportunidades importantes de desenvolvimento da Região - o aproveitamento dos cerrados que começam no oeste da Bahia e sobem aí pelo Maranhão e pelo Piauí, a parte mineral, a exploração de pedras, granitos etc, as oportunidades dos pólos de frutas tropicais e outros que tais - estão todos eles, de certa maneira, sujeitos a continuarem em condições de competição desvantajosa no mercado internacional, se tiverem de continuar sendo submetidos, ao mesmo tempo, à competição desleal de lá de fora, de quem subsidia a produção desses produtos, e à competição desleal lá fora, porque aqui dentro você tributa esses produtos.

Agora, reconheço que no curto prazo há uma dificuldade de alguns estados. Se você disser: nós temos de desonerar inteiramente as exportações de qualquer imposto, isso vai afetar o orçamento, se eu estiver preocupado em olhar o orçamento do ano seguinte ou do ano posterior, e inviabiliza a discussão, a não ser que haja algum tipo de compensação. Mas tenho absoluta certeza de que nós temos imaginação suficiente, depois de largos anos de disputa nessa área, para inventar uma compensação que viabilize o curto prazo e ao mesmo tempo viabilize o médio e longo prazos.

Outra questão: o problema da cumulatividade de uma série de contribuições que estão aí, que todo mundo reconhece que são perniciosas do ponto de vista da economia e da sociedade, porque a soma de todas elas - COFINS, PIS etc - onera muito mais os alimentos do que os produtos de luxo; e não obstante vocês ficam numa situação, numa ânsia de não poder abrir mão dessas contribuições, considerando que sem elas não viabilizam a previdência, a saúde, a assistência, o seguro-desemprego e assim por diante.

Então, na verdade, há uma série de nós que precisam ser desatados mas que só poderão ser desatados se nesse debate que vai se travar agora no Congresso, a partir de agosto, nós conseguirmos ultrapassar essas restrições que estão postas pelas premências do imediato e discutir uma reforma com horizonte mais na frente. Nem que seja para chegar à seguinte conclusão: nós temos um modelo de reforma que queremos implantar para viabilizar o Brasil desse próximo milênio, sabendo que não podemos implantar tudo de uma só vez, sabendo que temos de ter colchões de amortecimento de alguns impactos imediatos do ponto de vista financeiro, mas podemos perfeitamente definir este modelo, definir um prazo de implementação e ir construindo aos poucos esse modelo, com mudanças pontuais que vão sendo feitas ao longo do caminho.

Há uma série de questões que são politicamente polêmicas, mas eu tenho absoluta convicção de que já amadurecemos muito esse debate e que há condições não de fazer uma grande e abrupta mudança de imediato, mas há condições, como eu disse, de ir construindo aos poucos um novo modelo fiscal e tributário que abra o espaço para resolver boa parte das questões que foram debatidas nessa mesa.

A segunda pergunta é uma questão sobre a qual não tenho o que discordar. Acho muito difícil, realmente, no nível, hoje, de taxa de investimento em pesquisa no Brasil, nós conseguirmos enfrentar com propriedade o problema do desafio da globalização e do desenvolvimento.

Mas, para que o Brasil possa melhorar essa *performance* em termos de investimento em pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, nós vamos precisar definir, com clareza, passos que terão de ser adotados de imediato para que o Estado brasileiro - e aí o Estado não é só o Governo Federal, é o Estado, mais uma vez, em parceria com os estados e os municípios - desenvolva novos mecanismos de aporte a essa pesquisa científica e tecnológica e aí sim, em associação com importantes setores do meio empresarial, realizar um esforço conjunto. Porque, tanto quanto o Governo, os empresários estão conscientes de que, sem investimento em pesquisa, nós vamos ficar marcando passo nessa corrida para o futuro. Então acho que aí há um novo campo muito propício para formas inovadoras de atuação em parceria do governo com o empresariado. Só assim, acho, nós vamos ter condições de ultrapassar um pouco as dificuldades do momento.

**Benito Gama**

Obrigado Dr. Resende. Dr. Magalhães, Antônio Bezerra Peixoto, do IDACE, pergunta:

*"Considerando que a ocupação do Nordeste apresenta grande desequilíbrio espacial na relação homem/terra, como vê a questão agrária diante de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a Região?"*.

**Rocha Magalhães**

Esse tema já foi tocado na pergunta anterior, respondida pelo Dr. Fernando Resende. Basicamente eu concordo com a visão colocada anteriormente. Essa é uma questão fundamental mas precisa ser vista sob novos olhos. Reconhecemos que temos tratado a questão agrária de uma maneira muito radical, até certo ponto, de ambos os lados.

E temos, nesse momento, de encontrar maneiras em que a parceria, a convivência, os mecanismos de estímulos que motivam as decisões, as vocações dos agricultores e o papel das instituições do governo e do setor privado possam efetivamente levar a uma melhora na distribuição da terra e ao aumento da produção e da produtividade.

Mais um caso em que nós precisamos superar velhos preconceitos, e enfrentar os problemas, e encontrar novas saídas.

**Benito Gama**

Obrigado Dr. Magalhães. Senhor Presidente, com essa intervenção do Dr. Rocha Magalhães, está concluída a fase de exposição e debates. Retorno para Vossa Excelência.

**Nunes Ribeiro**

Queremos agradecer a presença dos senhores expositores e debatedores e das autoridades que estão na mesa conosco. Damos os nossos parabéns à

Diretoria do BNB, pelos 43 anos do Banco, e que isso sirva de lição para que outras entidades façam o mesmo que o BNB faz: investir em debates, investir em pesquisa, num centro de treinamento para seus servidores, porque isso só vai levar o progresso para o Nordeste.

Agora, uma crítica nossa, pessoal. Enquanto o pequeno Maranhão paga 18% para o Governo Federal, de uma receita de 60, 70 milhões de reais por mês, eu soube, deputado Prisco Viana, que o Governo Federal, para contemplar São Paulo, pagou 6 bilhões de dólares para que o BANESPA não fosse fechado. Isso significa, senhores e senhoras, cem meses de arrecadação do nosso pequeno Maranhão. Cem meses, ou seja, mais de oito anos. Assim não teremos desenvolvimento no Nordeste de maneira alguma.

O senador Ronaldo estava me dizendo que, quando era Governador da Paraíba, foram fechados o Banco da Paraíba, o do Piauí e outro banco. Foram então ao Ministro da Fazenda, que era o senhor Presidente Fernando Henrique, e ele disse: "nem um tostão para esses bancos." E ele teve que, a duras penas, levantar o Banco. Mas para São Paulo, por ser São Paulo, foram gastos seis bilhões de reais.

Muito obrigado, a sessão está encerrada.

## **2ª MESA REDONDA (2ª parte)**

### **A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO COM ESTABILIDADE**

#### **COMPOSIÇÃO DA MESA:**

Tasso Ribeiro Jereissati,  
*Governador do Estado do Ceará;*

Pedro Malan,  
*Ministro de Estado da Fazenda;*

Andrea Calabi,  
*Ministro Interino de Planejamento e Orçamento;*

Byron Costa de Queiroz,  
*Presidente do Banco do Nordeste do Brasil;*

Cid Ferreira Gomes,  
*Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará;*

Paulo Ganem Souto,  
*Governador do Estado da Bahia;*

Manoel Nunes Ribeiro,  
*Presidente da Assembléia Legislativa  
Governador em exercício do Estado do Maranhão;*

Francisco de Assis Moraes Sousa,  
*Governador do Estado do Piauí;*

Garibaldi Alves Filho,  
*Governador do Estado do Rio Grande do Norte;*

Albano Franco,  
*Governador do Estado de Sergipe;*

Antônio Carlos Magalhães,  
*Senador pelo Estado da Bahia;*

Waldeck Ornellas,  
*Senador pelo Estado da Bahia;*

Luís Carlos Belo Parga,  
*Senador pelo Estado do Maranhão*

Beni Veras,  
*Senador pelo Estado do Ceará;*

Lúcio Alcântara,  
*Senador pelo Estado do Ceará;*

Sérgio Machado,  
*Senador pelo Estado do Ceará;*

Jackson Pereira,  
*Deputado Federal pelo Estado do Ceará;*

Judith Tendler,  
*Professora do Instituto de Tecnologia de Massachusetts;*

#### COORDENAÇÃO DA MESA:

*Presidente:* Tasso Jereissati

*Expositora:* Judith Tendler

*Debatedores:*  
(em ordem de apresentação)  
Sérgio Machado  
Jackson Pereira  
Antônio Carlos Magalhães



### **Mestre de Cerimônias**

Com a palavra o Exmo. Sr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste.

### **Byron Queiroz**

Minhas senhoras, meus senhores,

Gostaríamos de que as nossas primeiras palavras fossem a expressão do contentamento de todos quantos fazem o Banco do Nordeste do Brasil, pelo êxito alcançado neste Fórum. É, de fato, significativo que tal evento tenha ocorrido em meio às comemorações do 43º aniversário desta Casa, marcada pela coincidência de uma feliz identidade entre os dois momentos: o da criação do Banco, em 1952, e o que agora atravessamos.

Em 1952, com a instalação do Banco do Nordeste, inaugurava-se, no Brasil, um processo de ruptura no tradicional trato da questão regional. Pela primeira vez, as intervenções governamentais nas regiões, até então emergenciais e de cunho meramente assistencialista, cediam a uma atuação planejada, decalcando-se por sobre sólidos conhecimentos da realidade local. E, ao BNB, agência de desenvolvimento então nascente, confiava-se o inovador papel de articulação e comando desse processo.

À essa época, por outro lado criava-se, dentro da mesma atmosfera e concepção, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (hoje BNDES), iniciativa com status de prioridade, no Governo Vargas, da qual participava, como assessor, o Dr. Rômulo de Almeida, que viria a ser o primeiro Presidente do Banco do Nordeste do Brasil.

Hoje, quarenta e três anos depois, vivemos novamente tempos de ruptura e transição. O que então era novo e moderno, agora é superado e passado. Na verdade, vivemos tempos de paradigmas novos, que aí estão a nos desafiar como indispensáveis requisitos para a sobrevivência das organizações do novo tempo, sejam elas privadas ou públicas.

Por isso, a nossa profissão de fé nas modernas figuras da globalização, da qualidade, da competitividade, da reengenharia, da parceria e da agilidade dos fluxos financeiros entre mercados. Por isso, a convicção, a inspirar nosso

trabalho, de que o desenvolvimento (se o desejamos equilibrado para o nosso País) haverá de pressupor a revisão do planejamento e da avaliação de nossas políticas social e econômica, à luz de seus eventuais impactos por sobre a vida de cada região, de sorte a evitar efeitos que, de maneira desproporcional, sejam concentradores de renda.

Políticas regionais, dessa forma, são ângulos específicos da global política nacional de desenvolvimento. E, sob essa ótica, torna-se imperioso ao Banco do Nordeste procurar influir no sentido da transformação da política regional do País, de modo a que a Região Nordeste não mais seja encarada como uma prioridade isolada.

Longe de nós negar a validade do trabalho do Banco nesses quarenta e três anos de sua existência. São evidentes os resultados de sua ação quanto ao desenvolvimento nordestino. E isso, a despeito de dois fatores, a que devemos atribuir os reduzidos efeitos do crescimento regional, em termos de impactos estruturantes e de integração nacional: os poucos recursos investidos e a descontinuidade das políticas adotadas. Esses dois fatores, sim, são os responsáveis pela persistência, ainda entre nós (conquanto atenuados), de indicadores do atraso e da miséria regionais.

É, entretanto, o próprio trabalho desta Agência de Desenvolvimento Regional (por intermédio dos estudos do ETENE) que nos revela a existência de dois fatos inquestionáveis:

- 1º) a Região tem elevadas potencialidades nos campos da agricultura irrigada e da fruticultura tropical, da agroindústria, da produção de grãos nos cerrados, do turismo, da mineração, da indústria têxtil e das confecções, e até em setores outros ainda inexplorados como o da tecnologia de ponta. Nesses segmentos, ela apresenta vantagens comparativas que a tornam altamente competitiva;
- 2º) cresce a consciência de que é urgente e imperioso o surgimento de uma nova cultura e visão que apague, de vez, o tradicional e equivocado estereótipo de um Nordeste cronicamente carente, sorvedouro inexorável dos recursos públicos nacionais. Para superar tal imagem, urge que a Região apresente projetos que não só contribuam para o global desenvolvimento nacional como também atendam aos indispensáveis requisitos da sustentabilidade e da integração entre as regiões do País, e deste com outros países.

Dentro desse quadro, afiguram-se-nos como pontos fundamentais ao processo de desenvolvimento da Região:

- uma vontade política orientada para, de modo operacional e concreto, inserir a questão regional como um problema nacional, aliando-se tal vontade à construção de novas relações entre o Estado e a Sociedade;
- o fortalecimento dos agentes regionais de desenvolvimento bem como dos mecanismos e instrumentos, notadamente os outorgados pela Constituição de 1988;
- a viabilização econômica do semi-árido, tanto por meio de um salto tecnológico com vistas à convivência com as secas como pela desconcentração e interiorização das ações de desenvolvimento, com o concomitante acesso de suas populações aos modernos meios de produção;
- a integração competitiva da Região Nordeste ao mercado nacional e ao internacional, com a realização de investimentos em infraestrutura e incorporação de novas tecnologias, de novos processos, produtos e sistemas de informação, bem como de uma mão-de-obra qualificada e comprometida com o desenvolvimento;

É imprescindível identificar e promover projetos estruturantes tais como a transposição das águas do Rio São Francisco e suas consequências através da transposição de bacias como a do Tocantins para suprir eventuais lacunas posteriores, a nova refinaria de petróleo, o Programa de Desenvolvimento dos Pólos Agroindustriais do Nordeste e a Ferrovia Transnordestina. Além de outros que extrapolam o território nacional, mas que são fundamentais na interligação do Nordeste com outras regiões do País e com o mundo.

Para vencer tais desafios, o Banco deverá adotar um comportamento mais proativo e, com ousadia, poder compartilhar das decisões que afetam o intentado equilíbrio espacial do desenvolvimento de nossa Nação. Nesse novo cenário, os desafios se magnificam de forma inédita. Daí, a necessidade de um amplo espectro de parcerias. Por isso, a estreita articulação do Banco com o Congresso Nacional, os Governos Estaduais e órgãos outros do Governo Federal, particularmente os de desenvolvimento regional, como a

SUDENE, e ainda os organismos internacionais além das lideranças empresariais e comunitárias.

Exemplo desse esforço nessa direção foi a visita que empreendemos, nos primeiros dias de nossa administração, aos diversos Estados da Região, neles firmando importantes parcerias. Outro exemplo é este próprio fórum, com a presença também de técnicos de renome internacional do porte da Dra. Judith Tendler, professora do Instituto de Tecnologia de Massachusetts; do Dr. Stahis Panagides, Consultor do BID e do Banco Mundial; e do Dr. Werner Bäer, professor da Universidade de Illinois e da PUC do Rio de Janeiro. A vinda desses eminentes consultores faz parte de um programa permanente de apoio e intercâmbio, para o fortalecimento do ETENE, o que exige estreita cooperação com os organismos internacionais, universidades, institutos de fomento e pesquisa nacionais e estrangeiros e parceria com os governos estaduais.

A esta altura, já se torna possível, após 4 meses, arrolar algumas materializações de nossa administração. Dentro em pouco, o Banco verá concretizado o aumento de seu capital, pré-condição para alavancagem de recursos destinados ao desenvolvimento regional. Tal projeto já está aprovado tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. Para tanto, foi vital o estreito contato do Banco com as lideranças políticas da Região, em articulação com os Ministros da Fazenda e do Planejamento, além do apoio do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Merece menção, ainda, a retomada de ações pioneiras do BNB, como a participação direta em programas dos governos estaduais da Região. Exemplos concretos desse trabalho são o financiamento à produção de grãos, no cerrado setentrional dos Estados do Piauí, Maranhão e Bahia; o apoio aos trabalhadores rurais do setor agroaçucareiro, na Zona da Mata pernambucana; as ações na região cacaueira na Bahia; o estímulo à citricultura, em Sergipe; e a revitalização da cultura algodoeira, em vários estados.

Cite-se também o acelerado andamento do PRODETUR (Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), que vai alocar, em obras de infra-estrutura turística, em todos os estados da Região, recursos da ordem de 800 milhões de dólares, sendo metade oriunda do BID, mediante repasse do BNB, e metade referente a contrapartida dos estados.

Temos dado ênfase à capacitação crescente de recursos não governamentais, buscados tanto no País quanto no exterior. O Banco deverá empreender maior agressividade nesse mercado. Poucos dias atrás, negociamos, com investidores da Ásia e da Europa, um primeiro lote de títulos do BNB no valor de 50 milhões de dólares, que constituirão fonte complementar de recursos para o crédito rural. Para esse mister, temos contado com o indispensável apoio da área econômica do Governo Federal.

A modernização industrial é temática a que emprestamos relevância e prioridade, além de programa que pretendemos conduzir com extremo vigor. Em breve, com apoio do BID, abriremos uma linha de financiamento para dotar a indústria nordestina de maior competitividade, nos planos nacional e internacional. À atividade exportadora da Região, por outro lado, deveremos conferir um estímulo maior, com vistas ao incremento de nossa participação no mercado externo.

Dentro da missão de implementar novos instrumentos financeiros que promovam o desenvolvimento integrado, reduzindo as diferenças interregionais, o Banco do Nordeste lança agora o PREVIVER. Trata-se de um Fundo de Pensão Multipatrocinado, fechado, destinado prioritariamente às empresas nordestinas, colaborando para a conquista de sua competitividade, através de uma política de recursos humanos mais completa, e maior proteção social do trabalhador na fase pós-laborativa.

O PREVIVER está consentâneo com a ação governamental em curso, de transformação da sociedade brasileira, via o fortalecimento da previdência complementar privada, dentre outras medidas.

Mantivemos já as primeiras conversações no sentido de que o Banco desenvolva nova linha de atuação, realizando operações de risco em empreendimentos privados. Essa é uma nova linha, com envolvimento das Corporações Financeiras do BID e do Banco Mundial.

No desdobramento social das ações financiadoras, o BNB está intensificando as linhas de crédito, não só para micro e pequenas empresas, cooperativas e associações, que representam mais de 60% das aplicações do Banco e na área rural chegam a 75% desse valor, como também para pequenos negócios individuais, com sensíveis resultados na geração de emprego e renda, para o que tem sido decisiva a parceria com a comunidade, por intermédio dos comitês municipais.

No plano interno, o Banco está se ajustando para atender às novas exigências da sociedade:

- redesenho do processo de concessão de crédito, visando agilidade e qualidade em todas as etapas, desde o recebimento da proposta até a liberação e acompanhamento dos projetos;
- reestruturação da rede de agências, visando a racionalização de custos e a concomitante reorientação do foco de atuação para as necessidades de cada localidade;
- amplo programa de informatização de sistemas e processos em todos os níveis;
- esforço concentrado na administração de crédito, sobretudo nos processos de recuperação de créditos pendentes;
- fortalecimento do ETENE (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste), de modo a consolidar a sua posição como centro de excelência para estudos e pesquisas sobre a economia nordestina;
- e, acima de tudo, a recuperação da mística e da cultura do funcionalismo, através de treinamento e capacitação sistemáticos. A definição de sistema de recompensa e premiação é um instrumento que devemos colocar em prática logo nos primeiros meses de 96, para que se possa descomprimir os níveis de capacitação e de responsabilidade.

O Banco do Nordeste, diga-se por fim, engaja-se no esforço nacional coordenado pelo Exmo. Sr. Ministro Pedro Malan, em prol da estabilidade da economia, adequando as suas ações à política de estabilidade. Ao mesmo tempo, colabora com o Governo na tarefa de redução dos desequilíbrios regionais, através da formulação de uma base econômica sustentável e competitiva.

A fase de ajustes pela qual estamos passando não deve inibir as perspectivas favoráveis de médio e longo prazo para construirmos o desenvolvimento equilibrado.

Minhas senhoras e meus senhores,

Com este Fórum, de tão elevada significação para nós do Banco do Nordeste, nossa esperança e o desejo de que seja igualmente proveitoso para todos os que dele participam e que constitua, de modo efetivo, uma valiosa contribuição para inserção das questões nordestinas na formulação da política nacional de desenvolvimento.

Eventos assim farão parte permanente do nosso programa de trabalho. Aqui pois, fica o nosso convite e o nosso apelo, para que todos apóiem o Banco do Nordeste do Brasil no enfrentamento dos seus novos desafios, de modo a que ele conquiste uma posição de vanguarda nacional em termos econômicos e técnicos. Muito obrigado.

### **Mestre de Cerimônia**

Passamos a palavra à Dra. Judith Tandler, Professora do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, que disporá de dez minutos para sua apresentação.

### **Judith Tandler**

Muito obrigada. Sinto-me muito honrada em estar na companhia de muita gente que sabe muito mais do que eu sobre a realidade brasileira. Mas de qualquer forma, vou tentar relatar brevemente as conclusões de uma pesquisa que fiz sobre o desempenho do setor público no Ceará.

Antes de começar, queria pedir desculpas pelo meu Português, que está um pouco enferrujado, mas, por outro lado, me sinto mais segura por estar aqui ao lado o meu velho amigo, Ministro Pedro Malan, que sempre corrigiu o meu Português. Ele prometeu corrigir-me, enquanto eu estiver falando.

A pesquisa da qual vou relatar as conclusões é resultado de uma colaboração pioneira entre o Estado do Ceará e o Massachusetts Institute of Technology. Pioneira no sentido de que foi a primeira vez que o Instituto de Tecnologia de Massachusetts fez um contrato de pesquisa com um Estado brasileiro e foi com o Estado do Ceará. Este ano, o Estado de São Paulo está seguindo os passos do Ceará e está negociando também um contrato de pesquisa com o MIT.

Estou sumamente grata aos Governadores Tasso Jereissati e Ciro Gomes, que apoiaram completamente a pesquisa e o grupo de pesquisadores com quem trabalhei e, por outro lado, me deram completa liberdade e nunca interferiram na condução da pesquisa nem na publicação dos seus resultados. E para uma pesquisadora isso é uma situação ideal.

Queria agradecer, ainda, ao Dr. Antônio Rocha Magalhães e ao Dr. Cláudio Ferreira Lima, aqui presentes, que também nos apoiaram 100% em tudo o que fizemos e esse esforço continua agora com nova pesquisa. Sem o apoio dessas duas pessoas nada poderia ter sido feito.

A pesquisa foi feita em cima de programas com bom desempenho em quatro setores totalmente diferentes no Estado do Ceará: saúde preventiva, combate à seca, apoio à pequena empresa e extensão agrícola. E apesar de serem setores totalmente diferentes, saíram da pesquisa temas comuns sobre as causas desse bom desempenho.

Antes de relatar as conclusões, eu quero dizer que desejava muito fazer essa pesquisa porque não gostava dos modelos, agora em moda, que tratam de como se deve reformar o setor público, pelas seguintes razões: primeiro, os modelos não eram baseados na realidade de experiências bem sucedidas; segundo, os modelos se preocupavam muito mais com o como se reduz o tamanho da máquina governamental e muito menos com o que se faz com o que fica, depois de reduzido o tamanho da máquina; e terceiro, finalmente, eu achei que esses modelos eram baseados demasiadamente numa visão do funcionário público que tomou como dado básico que ele, o funcionário, seguia só os seus interesses pessoais, particulares, e não servia ao bem público.

Por essas razões, esses modelos não têm muito a dizer sobre como se fomenta a dedicação ao trabalho no setor público, como se descobrem os que são dedicados, como encorajá-los, como reconhecê-los e como premiá-los, como se fez agora.

Às quatro conclusões, adicionei mais uma, porque alguns já conhecem esse relato e eu queria que eles ouvissem uma novidade.

Primeiro: nesses quatro setores ou nas partes dos programas que funcionaram bem ou melhor, nos municípios onde o programa funcionou melhor, o que destacou esses segmentos foi o compromisso, o alto compromisso



do funcionário público com o trabalho. Uma coisa que hoje em dia não se ouve falar muito. Os funcionários desses programas, independente do setor, eram altamente comprometidos com o trabalho, eram muito mais dedicados do que nos programas que não estavam indo bem. Eles sentiam-se muito realizados, sentiam-se escolhidos para servir, eles diziam assim: "eu adoro o meu trabalho, eu gosto muito do meu trabalho". Para mim, era fora do comum ouvir isso. Vou voltar em breve ao porquê desse compromisso.

Segundo - vou usar uma palavra que não sei se já está sendo adotada aqui -, o trabalho deles, quanto ao pensamento sobre como se devia organizar o setor público, era muito **customizado**, quer dizer, era personalizado, não padronizado. Eles fizeram um trabalho mais ou menos talhado no sentido de particularizar as ações de acordo com as especificidades dos usuários ou da situação. Por isso, esses funcionários tinham mais flexibilidade do que os outros. Eles faziam tarefas muito mais variadas do que o normal; eles tinham uma relação, que era muito importante em tudo isso, uma relação de confiança, de muita confiança e respeito mútuo entre o funcionário e o beneficiário, entre o funcionário e o cidadão, entre o funcionário e o público; de novo, fora do comum: esses trabalhadores tinham mais poder de decisão do que o normal.

Agora, isso conduz a uma pergunta: se eles tinham mais poder de decisão, isso não criava problemas de mau desempenho, de falta de supervisão, de todos esses problemas que já sabemos existir no setor público? Isso leva à terceira conclusão. É de que as pressões que esses funcionários sofriam para o bom desempenho eram maiores para eles, eram maiores que o normal, maiores que para os outros. E por que? Não era porque esses órgãos do Governo tivessem um sistema melhor de monitoramento, não era por isso; não era por eles terem uma relação diferente com o supervisor ou com o chefe deles, não era por isso. Era porque o Estado, o Governo do Estado, tinha informado ao público o que eles deviam esperar desses programas e desses funcionários. E o Estado tinha feito muito esforço para isso e, portanto, as próprias comunidades monitoravam de uma certa forma esses funcionários; sabiam o que eles deviam fazer, sabiam onde é que eles deviam trabalhar, as horas que eles deviam trabalhar, e especialmente no interior do Estado, o funcionário sentia isso e sabia isso.

Agora, o interessante dessa conclusão - permita-me, Senhor Governador, uma crítica - é que eu acho que o Estado não sabia, o Governo estadual não sabia que, ao fazer essa publicidade intensa sobre o programa, ia causar

um efeito tão positivo sobre os funcionários. Não era somente por eles se sentirem monitorados pela comunidade, mas é que eles se sentiam parte de um programa muito importante, que todo mundo estava vendo - estava saindo na imprensa, estava saindo na televisão - e eles se sentiam muito respeitados, trabalhando muito duro lá no interior. E eles sempre falavam isso: "que veio um Senador e que o pequeno produtor me agradeceu em frente do próprio Senador", e isso queria dizer muito para mim. Nós que somos muito sofisticados, que vivemos no ambiente urbano, nem pensamos nisso.

A quarta conclusão - já entrei nessa conclusão - é a pergunta sobre o porquê do maior compromisso do funcionário. Uma das várias razões, que é a mais importante, é justamente essa intensa publicidade, os prêmios para os municípios que baixaram mais a taxa de mortalidade infantil, por exemplo. Os prêmios, as visitas, as delegações de senadores, de congressistas fizeram com que esse funcionário se sentisse empenhado numa causa, numa missão muito importante. Por isso eles acabaram sendo tão dedicados, mesmo que eles se sentissem monitorados.

A última conclusão, que também achei interessante, um pouco diferente da maneira como se está pensando a reforma do setor público hoje, tem a ver com descentralização. Vocês sabem, descentralização está muito na moda. Esses programas que eu vi podiam ser descritos como programas em que havia uma descentralização do Estado até o município, uma descentralização de poder. Inclusive um dos casos de saúde preventiva, que foi aquele que mais se destacou, saiu num guia que o Banco Mundial publicou sobre casos bem sucedidos de descentralização. Mas veja bem. Se se olha muito bem esse caso, o que se vê é realmente o contrário, quer dizer, a coisa mais interessante e inovadora desses programas era o que o Governo estadual estava fazendo, e não necessariamente o que o Governo municipal estava fazendo.

O Estado, de uma certa forma, fez o monitoramento indireto dos municípios e o fez da seguinte maneira. Informou ao público dos municípios o que eles deviam esperar dos seus governos municipais, dos seus prefeitos, de uma maneira, mais uma vez, muito detalhada: "o seu prefeito deve contratar uma enfermeira para chefiar esse programa de saúde preventiva; vocês, os seus, as suas crianças não precisam morrer. E se o seu governo municipal fizer isso, fizer aquilo, esse problema vai se reduzir drasticamente. Mas vocês têm de vigiar o seu governo local."

Segundo, - era mais uma vez o contrário da descentralização - o Governo estadual retomou o poder das elites locais para poder montar o programa de forma mais eficaz. E o terceiro e último, o Estado manteve o controle, usou uma espécie de mão de ferro sobre a contratação de pessoal, a orientação de pessoal, o treinamento de pessoal. Isso foi uma peça chave nos programas mais bem sucedidos.

Bom, essas, em resumo, são as conclusões apresentadas numa forma preto e branco pela falta de tempo. Eu queria dizer, finalizando, que por um lado essas conclusões contradizem, de várias maneiras, o pensamento prevalente sobre a administração pública e sobre como se deve reformar o setor público. Por outro lado, essas conclusões são totalmente consistentes com o pensamento atual sobre como se reformam, como se reestruturam grandes firmas particulares, para poderem enfrentar os desafios do mercado global. Em primeiro lugar, como ponto principal das reestruturações bem sucedidas de grandes firmas, é que os aumentos da produtividade conseguidos dependiam de uma maior dedicação do trabalhador ao trabalho, parecido com as conclusões da pesquisa. Segundo, os trabalhadores dessas grandes firmas com reestruturação bem sucedida ganharam, através das reformas, das reestruturações, mais poderes de decisão, mais flexibilidade, tarefas mais variadas. Terceiro e final, essas firmas passaram a desenvolver um relacionamento entre trabalhador e consumidor de muito mais confiança do que tinham anteriormente. Portanto, essas conclusões dão o contexto em que se pode interpretar o que eu e minha equipe encontramos aqui no Ceará. Muito obrigada.

### **Mestre de Cerimônias**

Com a palavra o Senador Sérgio Machado, do Estado do Ceará, que iniciará os debates.

### **Sérgio Machado**

Meus senhores e minhas senhoras,

Neste aniversário do BNB, o Banco promoveu uma oportunidade para que possamos fazer uma reflexão profunda sobre a realidade do Brasil e do Nordeste. E a professora Judith fez uma exposição sobre a experiência do Ceará. Dessa exposição nós podemos tirar uma conclusão bastante clara: a

força do salto dado pelo Ceará teve por pressuposto duas coisas que são fundamentais para o Brasil de hoje.

A primeira refere-se a um planejamento, um programa global que foi discutido durante muito tempo com a sociedade cearense; a segunda, a uma coragem e a uma vontade de inovar. Em cima desses dois pressupostos, pôde-se fazer a transformação do Estado cearense.

É dentro dessa perspectiva que nós temos de pensar a questão do Brasil, esse País cuja sociedade se encontra completamente discriminada do processo de desenvolvimento e que precisa passar por uma reforma profunda.

Isso dentro de um mundo global. Não podemos pensar o Nordeste isolado ou o Brasil isolado do mundo global. Hoje o mundo já ingressou na sociedade do conhecimento, e a renda depende da geração desse conhecimento. A concorrência não se dá mais a nível de região; a concorrência se dá a nível global.

E é dentro dessa visão que nós temos de pensar o planejamento no Brasil e a participação regional nesse planejamento global. Não adianta mais querermos isolar o particular do geral porque não vai funcionar. Como também não podemos querer dar um tratamento igual a diferentes porque também não vai funcionar.

Então o grande desafio que temos hoje no Brasil é podermos inserir a nossa sociedade nesse modelo e nesse contexto de transformação, nessa coragem da inovação. Não adianta mais ficarmos pensando o Nordeste da política compensatória, pensar que o Ceará vai concorrer com o Piauí, porque isso não vai mais funcionar.

Hoje, temos de pensar de forma ousada, global, e dentro do princípio básico da revolução social que todos nós queremos fazer, que tem, como pressuposto básico, a geração de renda. Tendo renda, não necessariamente se faz a transformação social; mas sem a renda não vamos ter revolução social nunca.

E essa renda depende da coragem de ousar, via a geração de conhecimento. Porque é através do aumento da produtividade que nós poderemos ter alguma esperança. É através da inovação, de novas tecnologias, que o Nordeste pode sair dessa situação em que se encontra. Não adianta mais pensar-

mos na política defensiva de combater a pobreza, porque isso não vai funcionar. Nós temos de ter a coragem de gerar renda.

É assim que nós temos de pensar o nosso semi-árido. Não adianta tentar botar o nosso homem para conviver com o semi-árido; nós temos de usar o conhecimento disponível no mundo para podermos transformar esse semi-árido e darmos condição a esse semi-árido de passar a ser uma realidade diferente. É dentro desse pressuposto, que acho que esse encontro é uma oportunidade enorme.

O BNB nasceu no início do processo de substituição de importação do Brasil, no início do processo de industrialização. Infelizmente essa sociedade está morta, representa um passado, e não adianta querermos aperfeiçoar aquilo que hoje é passado. Nós temos de pensar de forma diferente, e não adianta ficarmos discutindo apenas o regional, porque se ficarmos discutindo só o regional nós vamos querer distribuir pobreza e distribuir pobreza não é possível. Temos de criar riqueza, gerar riqueza, dentro de um programa global para o País e é assim que nós temos de conceber as reformas que o País precisa.

Não podemos ser reacionários; não podemos ficar apegados a coisas que não têm mais sentido, a instituições que tiveram um papel muito importante no momento em que foram criadas; hoje nós temos de pensar no momento em que vivemos e nessa busca fundamental da questão de democratizar o Estado brasileiro.

Tivemos no Brasil um Estado extremamente privatizante, que distribuiu benesses para poucos e que discriminou a grande maioria; que se alimentou de um processo de inflação crônica, que concentrou nos ricos e nos governos e tirou da pobreza. E hoje mesmo assistimos, por exemplo, prefeitos reclamando da queda de arrecadação. Na verdade, no primeiro semestre, o Fundo de Participação dos Municípios cresceu 36% em termos reais em relação ao ano passado. O que desapareceu foi o imposto inflacionário, que era a base de equilíbrio do déficit; era a base para se eternizarem as diferenças regionais, pessoais, e era o que tornava impossível o grande desenvolvimento e que escondia a incompetência dos maus governantes, que tinham na inflação um aliado para poder encobrir as suas falhas.

É dentro dessa visão, Ministro Pedro Malan, que nós temos de pensar nesse novo salto. Agora, não adianta ficarmos só pensando em controlar a

inflação, que é um estágio. Nós temos de partir para o segundo estágio, que é o do desenvolvimento. Não adianta pensar só em controlar a inflação, via política de juros, que é um mal necessário no curto prazo, mas temos de pensar como vamos reduzir esse juro, para que possamos retomar o desenvolvimento.

Como podemos definir um projeto de desenvolvimento global para o País, considerando as nossas diferenças? Nós não podemos pensar em termos, por exemplo, uma política nacional, como está se discutindo muito hoje na questão dos impostos. Porque não podemos dar o mesmo tratamento a São Paulo e ao resto do Brasil.

Então temos de pensar que não deve haver concorrência dentro da Região. Mas entre as regiões tem de haver diferenças, para que possamos criar um país homogêneo e não eternizemos a pobreza e as diferenças que existem hoje no Brasil. É dentro dessa coragem de avançar, de fazer essas mudanças e essas transformações, que eu vejo com muito otimismo o momento do Brasil.

Terminamos o primeiro semestre praticamente com as reformas econômicas aprovadas. Isso significa um novo Brasil, e a partir desse novo Brasil nós precisamos ter coragem de enfrentar esse segundo semestre, quando vamos discutir reformas mais difíceis. No primeiro semestre as reformas tinham caráter binário: ou se era a favor ou contra a flexibilização, por exemplo.

Agora teremos interesses regionais, pessoais, em jogo, na reforma da previdência, na reforma do Estado e na reforma tributária. E dentro disso temos de pensar um Brasil diferente, temos de pensar como vamos dar ao Estado capacidade de investir, e ter coragem de fazer reforma administrativa, porque com a máquina que está aí não vamos ter eficiência; da maneira como estamos tratando o servidor público não teremos eficiência. Então temos de pensar uma sistemática diferente para que possamos avançar.

E nós do Nordeste, já que estamos muito atrasados, temos de concentrar o nosso esforço, a meu ver, basicamente em duas coisas: primeiro na formação do homem, dentro de uma visão de qualidade. Não adianta simplesmente combatermos o analfabetismo, que não vai adiantar nada no mundo de hoje; é uma política de faz de conta. Temos de combater o analfabetismo tecnológico, para podermos dar ao nosso homem uma condição de poder produzir, de poder se inserir no mundo. Segundo, em uma política de

ter coragem de ousar na geração de conhecimento, na geração de tecnologia, começando a eleger a tecnologia como a verdadeira prioridade, para que possamos fazer a transformação.

O papel do Estado tem de ser um papel de indutor; não podemos continuar na visão do "desenvolvimento bazar", onde cabe tudo, onde os estados concorrem entre si, quer no FINOR, quer no FNE. Temos de definir quais são as prioridades de cada estado, e essas passarão a ser as prioridades dessa região, para podermos fazer um desenvolvimento harmônico, visando o bem-estar geral da população.

Para encerrar, gostaria de dizer que a experiência do Ceará, comentada pela professora Judith, significou exatamente isso: a coragem de inovar, a coragem de romper com estruturas atrasadas, mesmo contrariando grandes interesses. Mas valeu a pena a experiência e o Estado do Ceará dá este exemplo para o Brasil: de como é possível, com a vontade política e com a participação da sociedade, transformarmos a nossa realidade.

### **Mestre de Cerimônias**

Passamos a palavra ao deputado Jackson Pereira, do Estado do Ceará.

### **Jackson Pereira**

Meus senhores e minhas senhoras,

A experiência do Ceará, já conhecida e bem retratada nesse trabalho apresentado pela Dra. Judith, servirá por certo para uma reflexão dos senhores governadores aqui presentes, que recentemente chegaram ao poder, e que têm um grande desafio pela frente.

A pesquisa retrata não só a experiência do Ceará mas a experiência observada no setor público, na maioria dos estados: a relação que ainda há entre Governo e funcionalismo. Acredito que este trabalho será muito importante no desenvolvimento dos planos e metas dos governadores que aqui estão.

Quero me ater, nas minhas considerações, à importância da retomada do desenvolvimento com estabilidade. Parece que muita gente ainda não entendeu que este País mudou, que vivemos uma nova época, a fase do real, em que não há mais espaço para empresa ineficiente.

No passado, nós já convivemos com aquela história de que o Gabinete do Ministro da Fazenda era um hospital de empresas ineficientes. Empresas em dificuldade chegavam ao Ministério, batiam à porta com o apoio de um político importante, e o problema era resolvido. Mas na verdade nada era resolvido, apenas se estava dando um paliativo, uma injeção que teria um período de duração, mas aquela empresa com problemas, logo depois daquela injeção financeira, voltaria a apresentar as mesmas dificuldades, talvez até agravadas.

Então, é necessário que haja, da parte do empresariado, da parte dos gestores públicos, a idéia de parceria. Hoje o Governo Federal, os governos estaduais, os governos municipais e o empresariado são parceiros. O Ministro Pedro Malan e o Governo Fernando Henrique não vão fazer nada sozinhos. Eles vão fazer, sim, com o apoio de todos os segmentos da sociedade.

A oposição que quer colocar em xeque, às vezes, determinadas medidas do Governo, tem dois discursos. Quando nos deparamos em Brasília com o Governo do Distrito Federal demitindo, apresentando à sociedade uma série de medidas, isso não é visto; é vista apenas uma mera medida do Governo de desindexação e nela a oposição centraliza a sua metralhadora.

Então, o que o Governo está fazendo não é para si, não é para o Governo Fernando Henrique, não é para o Ministro Pedro Malan. É para este País. Este País é que precisa de uma mudança de mentalidade, e essa mudança de mentalidade eu comecei a perceber de uma forma muito clara, recentemente, quando juntamente com meu companheiro de vice-liderança do Governo, deputado Benito Gama, aqui presente, tive o prazer de acompanhar dirigentes de entidades empresariais do Nordeste, das federações das indústrias, das associações comerciais, em uma audiência com o ministro Pedro Malan, na qual se discutiram, de uma forma profissional, os problemas da Região. Não foi mais aquele discurso que eu já ouvi no passado, em que dirigentes empresariais de instituições chegavam lá, vendiam o seu peixe, expunham suas dificuldades e passavam então a querer resolver os problemas individuais das suas empresas. Está começando a mudança dessa mentalida-



de. Ela vai mudar com a busca de produtividade, de rentabilidade, e por isso o Governo está nesse esforço para reduzir as taxas de juros.

É verdade sim, as taxas de juros que estão sendo praticadas no mercado, hoje, não são satisfatórias nem ao Governo nem ao empresariado, mas o Governo não pode ser mágico para, de um momento para outro, mudar essa realidade. Essa mudança virá com as privatizações, com uma série de outras medidas que estão sendo adotadas, de modo que nós vamos atingir o desenvolvimento com a estabilidade, mas nos preparando para conviver com essa estabilidade, profissionalizando nossas empresas.

É outra preocupação que os empresários do passado e até outros que ainda militam no mercado não tinham. O filho descia de pára-quadras, de uma hora para outra se transformava em empresário, sem nenhuma preparação, e essa empresa era fadada ao insucesso. Então as empresas precisam profissionalizar-se, como também precisa profissionalizar-se o setor público.

Se nós analisarmos a área municipal, vemos como é triste a qualidade da maioria dos nossos dirigentes municipais. Raríssimo é o município em que se pode dizer que a gestão orçamentária, financeira é tratada com seriedade. Na maioria não é. O talão de cheque anda no bolso do Prefeito, como se aquele talão de cheque fosse de movimentação de sua conta pessoal.

Então, é esse tipo de mudança de postura que nós devemos ter para poder atingir o desenvolvimento, nesse novo processo de estabilidade. A estabilidade está aí, ela não foi atingida ainda, mas vai ser, porque o Governo será firme nessa perseguição. Ele, entretanto, repito, não vai fazer isto sozinho; o Governo vai atingir essa estabilidade ao longo de sua gestão com a parceria do setor público, através dos estados, dos municípios, e com a parceria dos empresários, que precisam mudar de postura.

Outra coisa que é de fundamental importância, e isto o Banco do Nordeste tem demonstrado, é que acabou aquele período em que o empresário em dificuldade chegava num banco oficial, apresentava o seu pedido de empréstimo e era atendido sem nenhum plano de recuperação da empresa. Hoje, os organismos financeiros ligados ao Governo somente estão liberando recursos dentro da viabilidade econômica daquele investimento.

Não adianta injetar mais dinheiro numa empresa quebrada, numa empresa mal administrada, quando esse dinheiro poderia estar sendo jogado em

outra empresa, porque aquele recurso vai embora e aquela empresa não será recuperada.

É importante também que haja da parte do Governo sensibilidade para os nossos problemas. Nós vivemos numa região que, queiramos ou não, tem características bem diferentes de outras regiões. Por isso há necessidade de tratar os desiguais de forma desigual. E neste aspecto o Ministro Pedro Malan tem demonstrado total disponibilidade para conversar, para dialogar.

Ainda há pouco conversava no avião com o Ministro Pedro Malan, levando a ele a minha preocupação sobre o turismo. O turismo é para o Nordeste uma das principais atividades e, hoje, o que é que acontece com o turismo do Nordeste? Eu mostrava a ele uma propaganda, no jornal, de viagem ao exterior. Para ir ao exterior hoje, além de pagar menos - porque aqui o turismo ainda está muito caro - há financiamento em 20 parcelas, pelos cartões de crédito.

Para fazer turismo em Maceió, Salvador, Aracaju, Teresina, enfim, qualquer cidade nossa, o que é que acontece? Qualquer propaganda diz: financia-se em até três prestações. Quem é que vai deixar de ir para os Estados Unidos? E a expectativa é de 500 mil brasileiros entre Miami e Nova Iorque nestas férias. Por quê? Porque é muito mais prático ir para lá do que vir para cá.

Então é importante, Senhor Ministro, que o turismo na nossa Região seja incentivado, porque o turismo é uma das nossas prioridades. Muito obrigado.

#### **Mestre de Cerimônias**

Com a palavra o Senador Antônio Carlos Magalhães, do Estado da Bahia.

#### **Antônio Carlos Magalhães**

Peço paciência para no início dizer duas coisas: primeiro, que me sinto tocado, mas não vou fazer um comercial do Governo da Bahia, como tem sido feito pelo meu querido amigo Tasso Jereissati (risos). Dr. Paulo Souto, me desculpe, vamos adiar para Salvador o nosso (risos). Segundo, poderia tratar aqui da reforma do Estado, do compromisso do funcionário, que enten-

do deva ser tratado com mais humanidade, da descentralização do poder, assuntos da exposição da Dra. Judith.

Mas acredito que eu não deseje, nem o público também, perder a oportunidade de, na presença, sobretudo, do Ministro Pedro Malan, da sua equipe, do Dr. Calabi e de tantos outros que aqui se encontram - Dr. Byron, agradeço-lhe com muita sensibilidade o seu convite e a sua iniciativa de, em boa hora, fazer essa reunião sobre o Nordeste - não poderemos perder nós todos, repito, a oportunidade de dizer, e eu digo, já com algumas provas, que o Ministro Pedro Malan tem sido sensível, mas que o Nordeste não tem sido atendido. Quem disser o contrário não está sendo sincero com Vossa Excelência e muito menos com o Presidente da República.

O Presidente da República foi à SUDENE e fez um discurso, e não poderia ter feito outro mais expressivo, mas mesmo assim não atendeu aos reclamos do Nordeste. Nós precisamos fazer, sabemos nós, algumas reformulações, por nós mesmos, do Nordeste; nós temos de fazê-las; nós não queremos a esclerosada SUDENE como se encontra. Nós queremos modificá-la. Nós não queremos fechá-la, nem mesmo o Banco do Nordeste, aos políticos, mas não queremos que ela seja instrumento de politicagem. Nenhum desses Governadores deseja isso. Mas nós queremos que seja um instrumento de desenvolvimento da Região e não está sendo. Nós queremos modificar tudo isso. Nós queremos transformar o Nordeste e, evidentemente, não pode ser culpa do Governo que Vossa Excelência integra e que tem apenas seis meses, mas o Nordeste há muito tempo precisa ser modificado e não está sendo.

Eu discordo de alguns que me antecederam, quando acham que não deve haver mecanismos compensatórios. Não, nós precisamos, precisamos muito dos mecanismos compensatórios, se não nós vamos morrer (palmas). Nós precisamos dos mecanismos compensatórios, pois até mesmo os bancos oficiais não funcionam para o Nordeste - não o Banco do Nordeste - mas os outros, que funcionam sobretudo para o Sudeste.

Precisamos de muitas das compensações porque o Nordeste tem feito muito pelo País e os seus representantes aqui têm feito tudo que o País precisa, principalmente nesta fase atual. Temos feito inclusive a reforma que o Estado precisa. Nós estamos fazendo a reforma que o Estado quer, mas nós queremos compensações para sobreviver. E temos direito, porque existem empresas eficientes que estão em dificuldades, Vossa Excelência sabe disso, e essas empresas eficientes estão em dificuldades pelas mudanças constantes

de planos econômicos. Vossa Excelência luta para que não haja essas mudanças e está conseguindo. Nós estamos lhe dando braço forte, mas temos direito de lutar para termos as vantagens que o Nordeste precisa. O Nordeste e seus Estados não têm tido tratamento adequado do Governo Federal.

Hoje o seu Secretário Executivo, cumprindo as suas determinações, esteve numa região que, graças ao seu apoio e do Ministro de Planejamento, ali presente, foi, depois de muita luta, favorecida. E ele viu a emoção de um povo sofrido, quando recebe um pequeno lenitivo, o que aquilo representa. Mas toda a situação do Nordeste é dessa para pior. E o que se fala é em federalização do ICMS; o que se fala é que temos de acabar com a guerra fiscal. Ninguém aqui faz guerra fiscal porque nós não temos interesse em fazer guerra fiscal; nós temos interesse é que não façam a guerra fiscal contra nós.

O Mercosul é muito importante para o Brasil, nós batemos palmas. Não podemos fazer nada contra o Mercosul, ele é importante; mas o Mercosul é negativo para o Nordeste, o Mercosul não traz nenhuma vantagem para o Nordeste, o Nordeste não vai se beneficiar um centavo com o Mercosul. (palmas). Não virá uma indústria das instaladas lá para um estado do Nordeste. Não venderemos um produto para os países do Mercosul. Por que? Pela distância, pelo frete, pelas nossas estradas abandonadas, esburacadas, sem que tenhamos um apoio qualquer para que se dê uma prioridade para as estradas dos Estados do Nordeste.

Conseqüentemente, há de ver Vossa Excelência que, tendo as possibilidades da agricultura, da mineração, da indústria e do turismo referidas no discurso do Presidente do Banco do Nordeste, temos portanto potencial, temos o homem, temos a vontade. Por que então não juntar essa vontade à nossa inteligência? Também teremos a vontade política do Governo para realizarmos juntos a redenção da Região.

Vossa Excelência está participando dessa reunião presidida por um Governador que é um grande administrador e que quer fazer e está fazendo pelo seu Estado; nós estamos fazendo pela Bahia, todos que estão aqui estão fazendo pelos seus estados. Vossa Excelência sinta, e vai sentir hoje, que é necessário ver o problema de cada um, e cada um tem um grande problema a resolver. Essa gente que está aí, toda ela tem um problema a resolver, toda ela tem uma dificuldade, mas toda ela vence, com a dignidade da sua vida, os seus problemas sem a ajuda de terceiros.

É muito diferente dos homens do Sul e do Sudeste, que têm o apoio dos homens públicos, geralmente quase os mesmos que se revezam nas mesmas posições no Sul. Dizem então que nós ficamos no poder por muito tempo; nós, quando ficamos no poder, ficamos pelo voto do povo.

Portanto, Senhor Ministro, eu peço a Vossa Excelência que leve este apelo ao Presidente Fernando Henrique, a quem estimo, mas entre a minha estima ao Presidente Fernando Henrique e o meu amor à Bahia e ao Nordeste, o meu amor à Bahia e ao Nordeste é maior. Eu me sinto no dever de lhe fazer este apelo, certo que Vossa Excelência vai ser, e já é, mas será ainda mais um aliado da nossa causa. Muito obrigado.